

**ARRENDAMENTO MERCANTIL**

## REVISÃO DE CONTRATO

Recurso agravo de instrumento 50.133-9  
Tribunal STF

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA — COBRANÇA DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA C/ TAXA DE ENERGIA ELÉTRICA****EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... O MINISTÉRIO PÚBLICO DA ....., por intermédio da ....<sup>a</sup> e ....<sup>a</sup> Promotorias de Justiça de ....., com base na Constituição da República, na Constituição do Estado, nas Leis Federais n. 7.347/85, 8.078/90 e 8.625/93 e na Lei Complementar Estadual n. 11/96, e fundamento nas peças de informação em anexo, vem propor a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de ..... - Companhia de Eletricidade da ....., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. ...., n. ...., .....-....., inscrita no CNPJ sob n. ...., representada por seu Diretor Presidente, Sr. ...., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DOS FATOS Desde ..... de ....., a ..... vem fazendo a cobrança nas suas notas fiscais (contas de energia elétrica) da taxa de iluminação pública instituída pelo Município de ..... A TIP foi criada em ..... pela Lei Municipal n. 1932/97, e a cobrança desse tributo somente se viabilizou porque a ....., ora suplicada, violando o princípio da lealdade que rege e deve reger as relações de consumo, forneceu ao Município o cadastro de seus consumidores e passou a incluir nas contas de energia elétrica o valor referente à TIP. A ..... e o Município de ..... firmaram entre si um convênio pelo qual a ..... se obrigou a realizar a referida cobrança, auferindo com isso um lucro de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrecadação da taxa, que tem sido superior a cento e cinquenta mil reais mensais. Por considerar que a TIP é inconstitucional, o Ministério Público propôs perante a Vara da Fazenda Pública ação civil contra o MUNICÍPIO DE ..... e a ..... para que fosse proibida a cobrança da TIP pelo poder público e para que fosse decretada a nulidade do convênio firmado entre ambos, bem como para que fosse declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da taxa de iluminação pública. A ação proposta pelo Ministério Público foi ali tombada sob o número geral ..... (número no cartório .....). A MM. Juíza da Vara da Fazenda Pública concedeu a antecipação da tutela em ..... asseverando que "existe prova inequívoca de que a norma que criou a taxa de iluminação pública (TIP), cobrada, viola os dispositivos do art. 91, inciso II e parágrafos 2º e 3º, alínea a da Lei Orgânica do Município de ..... (LOMFS) e a Constituição Federal", dizendo mais que "o sistema tributário municipal tem que sujeitar-se às normas do Código Tributário Nacional (CTN)". Fica claro que a decisão judicial de antecipação de tutela teve fundamento apenas na legislação tributária (municipal e federal) e na norma constitucional, não tratando de relação de consumo. Tanto isso é verdade que, em decisão proferida no agravo de instrumento 50.133-9, da 2ª Câmara Cível, o Des. AMADIZ BARRETO suspendeu a execução da antecipação da tutela argumentando que faltava legitimidade ativa ao Parquet para a propositura daquela ação, porque o magistrado entendeu que ali se discutiam interesses dos contribuintes municipais, e não de consumidores. A ação civil pública continua em curso nesta comarca, aproximando-se da fase de saneamento, e o agravo está no Tribunal de Justiça, já com contra-razões ministeriais. Todavia, em decorrência de direito superveniente tem-se agora clara expressão normativa para a defesa dos consumidores no que se refere à TIP. Deixou-se logo assentado que não há aqui litispendência. A presente ação busca proibir a ..... de instrumentalizar o Município de ..... na cobrança da taxa em detrimento de seus consumidores, impedindo-lhe: a) o fornecimento do seu cadastro de consumidores ao Município de .....; b) a inclusão da cobrança da taxa nas contas de

consumo; e c) a imposição de pagamento casado, ou seja, de pagamento da conta de energia juntamente com a TIP, sem alternativa para o consumidor. Diversamente, na ação que tem curso perante a Vara da Fazenda Pública, objetivou-se proibir a cobrança mesma da TIP, ou seja, visou-se a eliminar do mundo jurídico a própria taxa. Aqui, como se vê, não se discute a constitucionalidade ou legalidade da TIP, mas sim a prática abusiva da ....., que viola os deveres de lealdade e de boa-fé que deve cumprir em relação aos seus consumidores. Im